

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****3ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004899-83.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Obrigações**
 Exequente: **Maray Mendonça**
 Executado: **Primo Rossi Administradora de Consórcios Ltda.**

Juiz de Direito: Dr. **Paulo Luis Aparecido Treviso**

Vistos.

Conquanto a presente ação tenha sido distribuída como uma execução de título extrajudicial, trata-se em verdade do cumprimento da sentença copiada as fls. 183/189, mantida pelo V. Acórdão de fls. 8/10, daí a observância do disposto pelo artigo 523 do CPC, aliás, como consta expressamente da certidão de crédito acostada as fls. 11, e não como fez a credora na inicial.

Contudo, descabida a nulidade dos atos até aqui praticados, mormente diante da inexistência de prejuízo a qualquer das partes, sobretudo porque já há nestes autos valor depositado pela devedora em favor da exequente.

Feitas tais considerações, é indiscutível que o depósito realizado pela devedora Primo Rossi é suficiente para a satisfação da obrigação prevista no título judicial, quer porque a planilha de fls. 182 encontra-se em consonância com o julgado, quer porque descabida a exigência de qualquer verba advocatícia, tanto aquela arbitrada pela decisão de fls. 41, diante do manifesto equívoco da marcha processual, como retro constou, quanto aquela arbitrada pelo título judicial (fls. 8/10), em face da concordância da própria exequente com a objeção oferecida pela executada, ao alegar a ocorrência de erro material quanto à exigência dos honorários de sucumbência, nos termos da manifestação de fls. 211/212, limitando assim a sua pretensão executória.

Cumprir registrar, ainda, que tampouco seria devido o percentual de 10% previsto pelo § 1º do artigo 523 do CPC, quer porque o pagamento foi realizado dentro do prazo de 15 dias previsto em lei, em que pese a prática dos atos processuais ter se realizado de maneira equivocada, quer porque incabível a sua incidência, ante a limitação do artigo 55 da Lei nº 9.099/95.

Por tais razões, **julgo extinta** esta ação, com fundamento no artigo 924, inciso II do CPC. Autorizo, desde logo, a expedição de MLJ do depósito de fls. 172 em favor da credora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sem prejuízo, promova a devedora Primo Rossi o recolhimento da taxa judiciária final, sob pena de inscrição da dívida.

P.I.

Araraquara, 10 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**